

“Fogaça com Palavras”

Dr ROBERTO VAZ DE OLIVEIRA

Apresentação de Joana Vaz de Oliveira

“Lembro-vos, contudo, para vos acompanhar nas horas difíceis, que vos deixo o meu nome, com a obrigação de o transmitires a vossos filhos, antes acrescido do que diminuído, porque ele é de todos vós”

Foi esta frase, parte de uma carta que o meu Avô - Roberto Vaz de Oliveira - escreveu a cada um dos seus seis filhos, que me veio à memória quando me foi proposto pela Confraria da Fogaça da Feira falar sobre esta personalidade extraordinária e riquíssima que tanto fez pela sua Terra e a quem se atribuem tantas e tão extraordinárias facetas.



Dr Roberto Vaz de Oliveira

É este nome Vaz de Oliveira transmitido pelos seus seis filhos aos seus dezanove netos, quase todos com descendência, que aqui pretendo em nome de todos engrandecer. É este nome Vaz de Oliveira que nos define como Família e como Feirenses.

São sobejamente conhecidos a sua dedicação e contributo para o desenvolvimento da sua amada Vila da Feira e Terras de Santa Maria, a sua dignidade, integridade, profissionalismo, rigor, apurmo e profundo sentido de justiça. Algumas das muitas qualidades inerentes a uma grandeza de carácter centrada numa série de princípios e valores morais que concederam ao meu Avô o título de “Ilustre Feirense” na sua mais pura essência.

Perdoem-me se o enaltecimento à personalidade do meu Avô parecer demasiado, mas efectivamente só um Homem com tamanho brilhantismo permite que, passados quarenta anos sobre a data da sua morte, a sua neta mais nova que nunca chegou a conhecer, possa com tanto orgulho e emoção partilhar o seu legado.

Impõe-se uma apresentação sobre a sua biografia para contextualizar o que acima foi escrito. Será feita de forma sucinta uma vez que são já muitas as publicações sobre o seu percurso profissional e contributo municipal. Como forma de assinalar o aniversário do seu falecimento, torna-se imperativo realçar alguns factos de cariz familiar pois o meu Avô era, acima de tudo, um Homem de Família; e, no âmbito desta proposta, a incidência deverá naturalmente recair também sobre a ligação do meu Avô à Festa das Fogaceiras, um dos fundamentos na base da nossa Confraria.

Nasceu a 12 de Abril de 1899 na Casa das Ribas – dos seus antepassados – perto do Castelo da Feira.

Cursou o ensino secundário no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto e matriculou-se com 15 anos na Universidade de Coimbra. Por questões de ordem prática e logística familiar, o meu Bisavô Eduardo decidiu que os seus dois únicos filhos fossem juntos para Coimbra, para ambos tirarem o curso de Direito. Daí que o Avô tenha antecipado os estudos liceais para poder acompanhar o seu irmão mais velho Joaquim Vaz de Oliveira em Coimbra. Em tom de brincadeira o meu Avô contava aos seus filhos e netos o seguinte: “Notem que me formei Letras com 19 e em Direito com 20.... Sim, é verdade, com 19 anos em Letras, com 14 valores e com 20 anos em Direito, com 12 valores”. Licenciou-se a 12.Janeiro.1919em Letras (Ciências Histórico-Geográficas) e a 22.Setembro.1919 em Direito.

Sempre se dedicou à profissão de advogado e foi notário da Comarca da Feira até 1969, ano em se aposentou por limite de idade.

Foi Presidente da Comissão Administrativa e da Câmara da Feira (1937-1944) e Governador Civil da Guarda (1944-1947). A seu pedido foi exonerado deste último cargo, para poder voltar à sua Vila da Feira, para junto da Família e para prosseguir o



A confrade Joana Vaz de Oliveira no uso da palavra

exercício da sua profissão de advogado e do cargo de notário. Nos últimos anos de vida, mesmo depois de deixar o escritório da Vila, continuou a dar consultas no seu escritório em casa, onde nunca deixou de ser procurado por muitas pessoas que não prescindiam do seu conselho. Cobrava 50\$00 por consulta.

Exerceu muitos outros cargos de interesse público com destaque para a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, da qual foi presidente de 1961 a 1974 e Presidente honorário a partir desta última data.

Como filatelista obteve vários prémios em Exposições Filatélicas com as suas coleções especializadas de selos de Portugal (Continente, Ilhas e Ultramar) e de diversos países europeus. A sua coleção de selos “Ceres” era indiscutivelmente a melhor que alguma vez tinha sido feita.

Foi historiador, tendo publicado diversos trabalhos históricos sobre a Feira, muito valiosos e que hoje constituem referências obrigatórias pelo seu rigor e pelas matérias tratadas e escreveu em diversas revistas e jornais.

Foi ainda um agricultor pioneiro na sua época, desenvolvendo na Quinta das Ribas projetos agrícolas inovadores a nível nacional (como a criação de pomares de pessegueiros e macieiras em “quinquôncio” e de pereiras em bardo, bem como a aplicação de sistemas inovadores, como a rega por gravidade).

A Casa das Ribas, da qual foi senhor é um dos mais importantes pilares na história da Família, que a mantém há quase 175 anos. Dizia o Avô que mais do que uma riqueza de que se é proprietário, a Casa é um bem da qual se é mero administrador e que se deve transmitir à geração seguinte. Esta perspetiva é reveladora dos seus valores morais. A cadeia de gerações deve respeitar quase religiosamente o passado e o futuro familiar, seguindo um quadro constituído mais por obrigações do que por direitos. A carta escrita aos seus filhos que referi no início começa precisamente com a alusão a esta condição: “Não vos imponho obrigações de ordem material, nem tanto aquelas que por tanto me sacrifiquei em homenagem à memória de nossos maiores e em satisfação dos meus deveres de consciência, porque não vos quero pedir o que não possais cumprir: se porém, for compatível com as vossas forças e fortuna, não deixeis de defender a casa que tanto amei e providenciai, entre vós, de modo que algum, de preferência na linha varonil, a perpetue na família pois nela vos acompanharei com a minha bênção.”

Foi nesta casa que nasceu, tal como o seu pai e irmão, os seus seis filhos e diversos dos seus netos. Foi aqui que, com o incansável apoio da sua dedicadíssima companheira de vida, minha Avó Maria Augusta Formosinho Vaz de Oliveira, educou as suas quatro Marias (Madalena, Eduarda, José e Margarida) e os seus dois Varões (Eduardo e Diogo); como carinhosamente a eles se referia quando exteriorizava o seu apego à Família. As preocupações morais e materiais resultantes dos rendimentos de uma advocacia diminuídos pelo tempo gasto no exercício das suas funções, então gratuitas, de Presidente da Câmara, eram muitas com seis filhos a estudar. De tal forma que fez em 1943, com a minha Avó, a promessa de levar em procissão com a Família, a imagem de Nossa senhora de Monserrate a visitar a imagem da Nossa Senhora na Capela do Castelo quando o último filho se formasse. Esta procissão acabaria por se realizar a 13.Novembro.1960, após a formatura do seu filho mais novo, o meu Pai Diogo. Todo o esforço foi recompensado, pois como dizia em jeito de graça: das muitas árvores que tinha, as que lhe deram mais trabalho e melhores frutos foram estas seis Oliveiras.

Era nesta casa que privava com o seu círculo de amigos dos quais destaco, sem detrimento dos demais, o Dr. Domingos Sousa, o Dr. Alcides Strecht Monteiro e as Senhoras da Quintã.

Pela Casa das Ribas passaram gerações ligadas à Justiça e ao Direito. Foram



A neta Joana Vaz de Oliveira fala do seu avô

digníssimos advogados o seu Avô Paterno, Joaquim Vaz de Oliveira, o seu Avô Materno, Roberto Alves e o seu Pai, Eduardo Vaz de Oliveira e ilustres juizes o seu Tio Abel de Pinho (casado com sua Tia Paterna Luíza), Presidente dos Tribunais da Relação de Goa e do Porto e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1913/1921), e o seu irmão Joaquim Vaz de Oliveira, Juiz de Direito. Para além desta herança profissional, o meu Avô preservou dos seus ascendentes a dedicação ao Concelho da Feira e à defesa dos seus interesses.

Foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Feira desde 19.Julho.1937 e Presidente da mesma Câmara Municipal de 3.Janeiro.1938 até 23.Agosto.1944. Mais tarde, Conselheiro Municipal durante muitos exercícios. Foi-lhe inclusivamente concedida a “Medalha de Prata de Mérito Municipal” pela Câmara Municipal. Nas suas próprias palavras: “Representei no município Feirense uma larga tradição, pois da sua Câmara Municipal e do seu Conselho Municipal fizeram parte, além de meu pai, meus avós, três bisavós e três dos meus trisavós”. Daí que o Primo Henrique Vaz Ferreira, num dos seus “Ferros Velhos”, tenha escrito que o Avô Roberto era “autarca por atavismo”. Muito orgulho teve quando o seu filho mais novo Diogo Vaz de Oliveira, meu Pai, viria também a fazer parte da Câmara Municipal como Vice-Presidente no mandato do Sr. Alcides Branco, e muito o satisfaria saber que o seu filho Eduardo Vaz de Oliveira, meu Tio, viria também a presidir à Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira.

É no exercício das funções como Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Feira, que a história do meu Avô se cruza com a história da Festas das Fogaças. O começo e evolução desta celebração é bem conhecida pelos Feirenses, mas resumidamente e seguindo o descrito no website da Confraria da Fogaça da Feira, podemos relembrar que teve início em 1505, altura em que o País foi fustigado pela peste.

“Então os Condes do Castelo e da Feira, apelaram ao Mártir S. Sebastião para que acabasse com o morticínio dos Feirenses, prometendo-lhes a realização de uma festa anual, onde o “voto” seria a “fogaça”.

Até 1700 - data em que o Condado do Castelo e da Feira se extinguiu por falta de descendência, passando os seus domínios para a “Casa do Infantado” - a “Festa das

Fogaceiras” foi promovida pelos senhores das Terras de Santa Maria da Feira, habitantes do paço intramuros do Castelo.

Até 1749, por iniciativa das famílias mais abastadas do Concelho, a Festa foi sendo realizada, mas houve uma interrupção de quatro anos a partir dessa data. Verificou-se entretanto novo surto de peste e em 1753, por Alvará de 30 de Julho, o Infante D. Pedro, irmão de D. João V, determinou à Câmara Municipal que assumisse definitivamente a realização da “Festa das Fogaceiras”, para o que despenderia 30.000 réis!

Esta determinação foi justificada com a vontade do povo e a existência “imemorial” do voto.



Vista geral dos participantes

Por isso, o voto foi cumprido pela Câmara Municipal até 1910, altura em que, invocando-se a separação entre o Estado e a Igreja, a festa passou a ser realizada por autoridades civis, a título individual, e pela Santa Casa da Misericórdia. “

Assim foi durante toda a 1ª República e início do Estado Novo. A revisão do Código Administrativo, que se iniciou em 1936, criou a nível municipal as chamadas

Comissões Administrativas. Estas eram dirigidas por pessoas escolhidas pelas suas evidentes capacidades de organização e gestão e dotadas de um sentimento de dever cívico, desinteressado e apaixonado. É neste contexto que o meu Avô assume a Presidência da dita Comissão em Julho de 1937, da qual faziam parte entre outros o Dr. Domingos Sousa e o Dr. Belchior Cardoso da Costa, e que se encontrava numa situação calamitosa a todos os níveis, principalmente financeiro. Das qualidades reconhecidas ao meu Avô, a organização, responsabilidade e austeridade são algumas das que terão contribuído para a reestruturação da sede municipal. São um autêntico deleite para os leitores curiosos e interessados os relatórios municipais que escreveu neste período.

Logo em Dezembro de 1937 realizou-se a primeira reunião sobre a questão da Festa das Fogaceiras e em Janeiro de 1938 foi atribuído um subsídio para as festas e a obrigatoriedade de o município de fazer representar ao mais alto nível nas cerimónias, nomeadamente na missa. Estas individualidades deveriam participar na procissão carregando um Círio como prova de empenho e devoção.

No dia 15 de Julho de 1939, a Câmara Municipal deliberou solenemente retomar a responsabilidade de realização da festa, decisão que se mantém até hoje, e que o poder autárquico concelhio sempre honrou e continua a honrar.

Este foi um dos muitos contributos que o meu Avô deixou à sua Vila da Feira e Terras de Santa Maria no seu exemplar percurso de vida. O seu legado é imenso. Quer a nível material: com as obras de vulto que empreendeu durante a sua administração municipal – restauro do Paços do Concelho e do Tribunal (no Convento dos Lóios), construção do arruamento de acesso ao Castelo (hoje com o seu nome, atribuído em corajosa medida camarária tomada após o 25 de Abril), aquisição da Quinta das Guimbras, alargamento e transformação da antiga calçada do Castelo e montagem de faixas de proteção em redor do monumento, construção da cadeia comarcã, fundação da Biblioteca/ Museu Municipais, início do restauro do edifício termal das Caldas de S.Jorge, abertura de várias estradas pelo Concelho, construção de edifícios escolares, lavadouros, entre muitas outras. Quer no plano imaterial: com a recuperação definitiva da Festa das Fogaceiras e com a publicação de vários trabalhos de investigação histórica sobre a sua Terra e, até, com a redacção de um pequeno mas muito interessante texto contando a história das nossas Fogaceiras, texto esse que ainda hoje continua a ser divulgado, quer em folhetos, quer impresso nas latas das fogaças do Café Castelo.

Morreu há quarenta anos, no dia 1.Março.1975. A velar o seu corpo na Capela da sua querida Casa das Ribas, estavam os seis Círios que transportou nas procissões das Festas das Fogaceiras, enquanto Presidente da Câmara (1939 a 1944). Ficou para sempre no coração dos seus familiares e na alma do espírito Feirense.